



Ministério Público



MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL

PROCURADOR -GERAL DE JUSTIÇA
SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL
WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

SUBPROCURADOR GERAL JUDICIAL
ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

CORREGEDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
VICENTE FELIX CORREIA

OUIDOR-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO
AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

ANTÔNIO ARECIPPO DE BARROS TEIXEIRA NETO

LUIZ BARBOSA CARNAÚBA

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

ANTIÓGENES MARQUES DE LIRA

DILMAR LOPES CAMERINO

DENNIS LIMA CALHEIROS

VICENTE FELIX CORREIA

JOSÉ ARTUR DE MELO

EDUARDO TAVARES MENDES

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

AFRÂNIO ROBERTO PEREIRA DE QUEIROZ

MARCOS BARROS MÉRO

VALTER JOSÉ DE OMENA ACIOLY

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ - PRESIDENTE

VICENTE FELIX CORREIA

EDUARDO TAVARES MENDES

DILMAR LOPES CAMERINO

LEAN ANTÔNIO FERREIRA DE ARAÚJO

MÁRCIO ROBERTO TENÓRIO DE ALBUQUERQUE

DENISE GUIMARÃES DE OLIVEIRA

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

SECRETÁRIO DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

HUMBERTO PIMENTEL COSTA

SECRETÁRIO DO CONSELHO SUPERIOR

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 1º CAO

LUIZ DE ALBUQUERQUE MEDEIROS FILHO

DIRETOR DO 2º CAO

GERALDO MAGELA BARBOSA PIRAUÁ

DIRETOR DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

EDUARDO TAVARES MENDES

CHEFE DE GABINETE

ALMIR JOSÉ CRESCIMENTO

DIRETOR GERAL

CARLOS EDUARDO ÁVILA CABRAL

DIRETOR DE APOIO ADMINISTRATIVO

IVAN DE HOLANDA MONTENEGRO

DIRETORA DE PROGRAMAÇÃO E ORÇAMENTO

JAMILLE MENDONÇA SETTON MASCARENHAS

DIRETOR DE CONTABILIDADE E FINANÇAS

ARTUR TAVARES DE CARVALHO BARROS

DIRETORA DE PESSOAL

DILMA ALVES DE QUEIROZ

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

MARCEL DE CASTRO VASCONCELOS

CONSULTORA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA

ELENISE DAUDT TENÓRIO DE SOUZA

DIRETORA DE COMUNICAÇÃO

JANAINA RIBEIRO SOARES

DIRETOR DA CONTROLADORIA INTERNA

MARCUS ROBSON NASCIMENTO COSTA

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, DR. SÉRGIO JUCÁ, DESPACHOU, NO DIA 15 DE MAIO DO CORRENTE ANO, OS SEGUINTE PROCESSOS:

Proc. 3831/2012 (PIC nº 8/2012 - Gecoc).

Interessado: Grupo Estadual de Combate às organizações Criminosas - Gecoc.

Assunto: Encaminhamento para os fins do Assento nº 003/2015/CSMP.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito.

Proc: 202/2015.

Interessado: Dra. Alexandra Beurlen, Promotora de Justiça e Gerente do projeto "SOCIOEDUCAÇÃO : LUGAR DE ADOLESCENTE É EM CASA".

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavrem-se as portarias respectivas, em seguida, arquite-se.

Proc: 1213/2015.

Interessado: Dr. Luiz Tenório Oliveira de Almeida, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, arquite-se.

Proc: 1502/2015.

Interessado: Promotoria de Justiça de Teotônio Vilela.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Em face da manifestação do ilustre Promotor de Justiça, à fl. 2, arquite-se.

Proc: 1695/2015.

Interessado: Raquel David Torres de Oliveira, Juíza de Direito.

Assunto: Notitia Criminis.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando apensamento destes autos ao Proc. PGJ nº 1694/2015.

Proc: 1696/2015.

Interessado: Silvana Maria Cansanção de Albuquerque, Juíza de Direito.

Assunto: Notitia Criminis.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando apensamento destes autos ao Proc. PGJ nº 1694/2015.

Proc: 1697/2015.

Interessado: Silvana Maria Cansanção de Albuquerque, Juíza de Direito.

Assunto: Notitia Criminis.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando apensamento destes autos ao Proc. PGJ nº 1694/2015.

Proc: 1738/2015.

Interessado: Dr. Dilmar Lopes Camerino, Procurador de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1739/2015.

Interessado: Dr. Isaac Sandes Dias, Promotor de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1742/2015.

Interessado: Dr. Mário Augusto Soares Martins, Promotor de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1751/2015.

Interessado: Dr. Francisco Augusto Tenório de Albuquerque, Promotor de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1762/2015.

Interessado: Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução dos Conflitos/Tribunal de Justiça de Alagoas.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Considerando o teor do ofício inaugural, designo as Promotoras de Justiça Jane Braga Quirino, Juçara Tavares Suruagy do Amaral e Viviane Sandes de Albuquerque para apresentarem o Ministério Público do Estado de Alagoas na Semana Estadual da Conciliação que ocorrerá entre os dias 18 e 22 de maio de 2015, no Setor Processual do CJUS, no Fórum da Capital. Designo, ainda, o servidor desta Procuradoria Geral de Justiça Joe Cavalcante da Rocha para auxiliar as Promotoras de Justiça designadas. Lavrem-se as necessárias portarias. Após, archive-se.

Proc: 1766/2015.

Interessado: Juízo de Direito da 14ª Vara Criminal da Capital.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Em face das providências adotadas no âmbito desta PGJ, em especial a edição do Ofícios nº 291/2015 - GAB/PGJ, archive-se.

Proc: 1772/2015.

Interessado: Assessoria de Planejamento e Gestão Estratégica - Asplage.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Acolho o parecer da douta Consultoria Jurídica com a seguinte ementa: "Pedido de providências. Termo de Abertura de proposta de mapeamento de atividade (área-meio): "Abono de Permanência". Elaboração consoante metodologia adotada pela Asplage, e endossado pelo responsável pelo objetivo estratégico. Parecer favorável do Chefe de Escritório de Gerenciamento de Processos de Atividades e do Assessor de Planejamento e Gestão Estratégica. Inexistência de ônus financeiro-orçamentário, para o atendimento das atividades inseridas na proposta. Inexistência de vedação legal. Poder discricionário da Administração Pública". Aprovo o Processo de Atividade - Área Meio: "Abono de Permanência" - Código: 12/2015.

Proc: 1773/2015.

Interessado: Corregedoria Geral da Justiça.

Assunto: Encaminhamento de documentos.

Despacho: Junte-se ao Proc. Anônimo nº 8/2015.

Proc: 1780/2015.

Interessado: Dra. Maria Marluce Caldas Bezerra, Promotora de Justiça.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: À douta Consultoria Jurídica para análise e parecer.

Proc: 1786/2015.

Interessado: Dr. Napoleão J. C. C. de M. A. Franco, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de diárias.

Despacho: Defere-se à vista da informação da DCF anexa. Lavre-se a portaria respectiva, em seguida, archive-se.

Proc: 1826/2015.

Interessado: Dr. Sérgio Amaral Scala, Promotor de Justiça.

Assunto: Requerimento de licença médica.

Despacho: Defiro à vista do atestado médico anexo. À DP para as anotações pertinentes. Após, archive-se.

Proc: 1854/2015.

Interessado: Secretaria Municipal de Assistência Social.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: Considerando a protocolização do ofício inaugural na véspera do evento e, por conseguinte, a impossibilidade de comunicar aos Promotores de Justiça designados, determino o arquivamento o arquivamento destes autos.

Proc: 1872/2015.

Interessado: Ministério Público de Contas do Estado de Alagoas.

Assunto: Pedido de providências.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

PIC nº 5/2012 - Gecoc.

Interessado: Grupo Estadual de Combate às organizações Criminosas - Gecoc.

Assunto: Encaminhamento para os fins do Assento nº 003/2015/CSMP.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito.

PIC nº 10/2012 - Gecoc.

Interessado: Grupo Estadual de Combate às organizações Criminosas - Gecoc.

Assunto: Encaminhamento para os fins do Assento nº 003/2015/CSMP.

Despacho: Acolho o parecer da douta Assessoria Técnica, determinando o arquivamento do feito.

P.A.: 03/2014 - PJCCANP.

Interessado: Mauro Jorge da Silva.

Assunto: Encaminhamento para os fins do Assento nº 003/2015/CSMP.

Despacho: À douta Assessoria Técnica para análise e parecer.

Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, em Maceió, 15 de maio de 2015.

Carlos Henrique Cavalcanti Lima
Analista do Ministério Público

Protocolo 158721

PORTARIA PGJ nº 397, DE 14 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de EDNELSON JOSÉ DA SILVA SANTOS, Oficial de Transportes, portador do CPF nº 038.756.134-06, matrícula nº 825171, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento à cidade de Pão de Açúcar, no dia 11 de fevereiro do corrente ano, a serviço do Núcleo de Saúde do 1º Centro de Atendimento Operacional do Ministério Público, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.422.0003.2096.0000 - Manutenção dos Centros de Apoio Operacional do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil. Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 398, DE 14 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. NAPOLEÃO JOSÉ CALHEIROS CORREIA DE MELO AMARAL FRANCO, 4º Promotor de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, portador do CPF nº 600.472.166-20, matrícula nº 69142, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), perfazendo um total de R\$ 997,24 (novecentos e noventa e sete reais e vinte e quatro centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Olho D'Água das Flores, nos dias 5, 12, 19 e 26 de janeiro do

corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de Olho D'Água das Flores, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 1114, de 30 de outubro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 399, DE 14 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de VICTOR HUGO LESSA PIERRE, Analista do Ministério Público - Área Gestão Pública, integrante do projeto "SOCIOEDUCAÇÃO: LUGAR DE ADOLESCENTE É EM CASA", portador do CPF nº 077.001.604-90, matrícula nº 825501, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), e 1 (uma) diária no valor de 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um valor total de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), em face do seu deslocamento às cidades de Rio Largo e União dos Palmares no dia 20 de janeiro, Maragogi e Porto Calvo no dia 22 de janeiro, Arapiraca e Boca da Mata no dia 27 de janeiro, Major Isidoro e Craíbas no dia 29 de janeiro e Delmiro Gouveia, Pão de Açúcar, Batalha, Girau do Ponciano, Olho D'Água das Flores, Maravilha e Santana do Ipanema no período de 3 a 4 de fevereiro do corrente ano, para realizar aplicação dos questionários de avaliação dos CREAS e serviços de LA/PSC, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 400, DE 14 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de EDNALDO MIGUEL DA SILVA JÚNIOR, Analista do Ministério Público - Área Jurídica, integrante do projeto "SOCIOEDUCAÇÃO: LUGAR DE ADOLESCENTE É EM CASA", portador do CPF nº 008.280.454-02, matrícula nº 825286, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), e 1 (uma) diária no valor de 150,00 (cento e cinquenta reais), perfazendo um valor total de R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), em face do seu deslocamento às cidades de Rio Largo e União dos Palmares no dia 20 de janeiro, Maragogi e Porto Calvo no dia 22 de janeiro, Arapiraca e Boca da Mata no dia 27 de janeiro, Major Isidoro e Craíbas no dia 29 de janeiro e Delmiro Gouveia, Pão de Açúcar, Batalha, Girau do Ponciano, Olho D'Água das Flores, Maravilha e Santana do Ipanema no período de 3 a 4 de fevereiro do corrente ano, para realizar aplicação dos questionários de avaliação dos CREAS e serviços de LA/PSC, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 401, DE 14 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atendimento ao requerido no Proc. PGJ

nº 1411/2015, RESOLVE designar o Dr. MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA, 1º Promotor de Justiça da Capital, e o Dr. MÁRIO AUGUSTO SOARES MARTINS, 2º Promotor de Justiça da Capital, na condição de titular e suplente, respectivamente, para integrem o Conselho Estadual de Proteção ao Consumidor - Ceprocon.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 402, DE 15 DE MAIO DE 2015

O SUBPROCURADOR-GERAL ADMINISTRATIVO-INSTITUCIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. SÉRGIO ROCHA CAVALCANTI JUCÁ, Procurador-Geral de Justiça, portador do CPF nº 140.384.554-91, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R\$ 761,78 (setecentos e sessenta e um reais e setenta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.523,56 (mil quinhentos e vinte e três reais e cinquenta e seis centavos), em face do seu deslocamento à cidade de Brasília - DF, no período de 22 a 24 de março do corrente ano, para participar de Reunião Ordinária do CNPG, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

WALBER JOSÉ VALENTE DE LIMA

Subprocurador-Geral Administrativo-Institucional
PORTARIA PGJ nº 403, DE 15 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. VICENTE FÉLIX CORREIA, Corregedor-Geral do Ministério Público, portador do CPF nº 140.486.984-00, matrícula nº 27650, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 277,01 (duzentos e setenta e sete reais e um centavo), em face do seu deslocamento às cidades de Quebrangulo e Paulo Jacinto, no dia 17 de março do corrente ano, a serviço da Corregedoria-Geral do Ministério Público, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2089.0000 - Correições Ordinárias e Extraordinárias, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 404, DE 15 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. ROBERTO SALOMÃO DO NASCIMENTO, 52º Promotor de Justiça da Capital, ora exercendo a função de Assessor Técnico da Corregedoria-Geral, portador do CPF nº 216.128.034-15, matrícula nº 70558, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 249,31 (duzentos e quarenta e nove reais e trinta e um centavos), em face do seu deslocamento às cidades de Quebrangulo e Paulo Jacinto, no dia 17 de março do corrente ano, a serviço da Corregedoria-Geral do Ministério Público, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária inclusa no Programa de Trabalho 03.091.0003.2089.0000 - Correições Ordinárias e Extraordinárias, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 405, DE 15 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor de GERSON JUSTINO DOS SANTOS, Assessor de Logística e Transporte desta Procuradoria Geral de Justiça, portador do CPF nº 040.574.854-06, matrícula nº 825769, ½ (meia) diária, no valor de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), em face do seu deslocamento às cidades de Quebrangulo e Paulo Jacinto, no dia 17 de março do corrente ano, a serviço da Corregedoria-Geral do Ministério Público, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.091.0003.2089.0000 - Correções Ordinárias e Extraordinárias, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 406, DE 15 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. MARCUS AURÉLIO GOMES MOUSINHO, Promotor de Justiça de São José da Lage, de 2ª entrância, portador do CPF nº 348.679.704-25, matrícula nº 69106, 5 (cinco) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 1.121,90 (mil cento e vinte e um reais e noventa centavos), em face do seu deslocamento à cidade de União dos Palmares, nos dias 4, 11, 16, 18 e 25 de março do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na 1ª Promotoria de Justiça de União dos Palmares, em razão da designação contida na Portaria PGJ nº 535, de 3 de junho de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 407, DE 15 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE conceder em favor do Dr. LUIZ TENÓRIO OLIVEIRA DE ALMEIDA, 2º Promotor de Justiça de Atalaia, de 2ª entrância, portador do CPF nº 239.509.864-72, matrícula nº 69132, 4 (quatro) meias diárias, no valor unitário de R\$ 224,38 (duzentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos), perfazendo um total de R\$ 897,52 (oitocentos e noventa e sete reais e cinquenta e dois centavos), em face do seu deslocamento à cidade de São José da Tapera, nos dias 3, 10, 23 e 24 de fevereiro do corrente ano, para desempenhar suas funções institucionais na Promotoria de Justiça de São José da Tapera, em razão da designação contida na Portarias PGJ nº 917, de 12 de setembro de 2014, correndo a despesa por conta da dotação orçamentária incluída no Programa de Trabalho 03.122.0003.2107.0000 - Manutenção das Atividades do Ministério Público, Natureza de despesa: 339014 - Diária, pessoal civil.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 408, DE 15 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 9º, inciso V, da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, e em atendimento ao requerido no Proc. PGJ

nº 1.762/2015, RESOLVE designar as Doutoradas JANE BRAGA QUIRINO LIMA, 27ª Promotora de Justiça da Capital, JUÇARA TAVARES SURUAGY DO AMARAL, 8ª Promotora de Justiça da Capital e a Dra. VIVIANE SANDES DE ALBUQUERQUE WANDERLEY, 11ª Promotora de Justiça de Arapiraca, de 3ª entrância, para representarem o Ministério Público do Estado de Alagoas na Semana Estadual da Conciliação, a se realizar no período compreendido entre os dias 18 e 22 de maio do corrente ano, no Setor Processual do CJUS, no Fórum da Capital.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA PGJ nº 409, DE 15 DE MAIO DE 2015

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE ALAGOAS, no uso das atribuições legais que lhe confere o inciso V, do artigo 9º da Lei Complementar nº 15, de 22 de novembro de 1996, RESOLVE designar o servidor JOE CAVALCANTE DA ROCHA, Assessor de Logística e Transporte, para auxiliar nos trabalhos administrativos das Promotoras de Justiça designadas por meio da Portaria PGJ nº 408, de 15 de maio de 2015, durante a Semana Estadual da Conciliação, a se realizar no período compreendido entre os dias 18 e 22 de maio do corrente ano, no Setor Processual do CJUS, no Fórum da Capital.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

SÉRGIO JUCÁ
Procurador-Geral de Justiça

Protocolo 158696

=====
>>>>>>>> PROTOCOLO GERAL <<<<<<<<<
=====

AO(S) 15ª DIA(S) DO MÊS DE MAIO O FUNCIONÁRIO COMPETENTE DO SETOR DE PROTOCOLO, ENCAMINHOU ATÉ AS 13:30, OS SEGUINTE PROCESSOS ABAIXO RELACIONADOS:

Proc. 3965/2014

Interessado:
SINDICATO DOS AGENTES PENITENCIARIOS DE ALAGOAS - SINDAPEN
Natureza:

PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
ENCAMINHANDO INFORMAÇÕES

Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1889/2015

Interessado:
61ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Natureza:
REMETENDO INFORMACOES

Assunto:
COMUNICAÇÃO DE ARQUIVAMENTO

Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1890/2015

Interessado:
MPF-PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALAGOAS

Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
REF.: NOTICIA DE FATO Nº 1.11.000.001344/2014-19

Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1891/2015

Interessado:
JUIZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL DE ARAPIRACA

Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
INDICAÇÃO DE PROMOTOR

Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1892/2015
Interessado:
MINISTERIO PUBLICO FEDERAL/PROCURADORIA DA REPUBLICA EM
ALAGOAS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
REF.: NOTICIA DE FATO N° 1.11.000.000227/2015-19
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1884/2015
Interessado:
CELEBRATION ENTRETENIMENTO
Natureza:
SOLICITANDO ADESAO AO TAC
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO
CONSUMIDOR
#####

Proc. 1883/2015
Interessado:
13ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza:
REMETENDO INFORMACOES
Assunto:
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES REF. AO PROCESSO PGJ/AL
4431/2014

Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1885/2015
Interessado:
FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA NO ESTADO
DE ALAGOAS
Natureza:
SOLICITANDO ADESAO AO TAC
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO
CONSUMIDOR
#####

Proc. 1887/2015
Interessado:
AMAS - ASSOCIAÇÃO DOS MORADORES ALTO DA SAUDADE
Natureza:
SOLICITANDO ADESAO AO TAC
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:
PROMOTORIA DE JUSTICA COLETIVA ESPECIALIZADA DE DEFESA DO
CONSUMIDOR
#####

Proc. 1888/2015
Interessado:
JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CRIMINAL DE SANTANA DE IPANEMA-
AL
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
DEVOLUÇÃO DE INQUERITO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1886/2015
Interessado:
DEVID FARIAS BARROS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS
Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS

Remetido para:
4A PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

Proc. 1882/2015
Interessado:
26ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
ENCAMINHAMENTO DE PROTOCOLOS CLINICOS E DIRETRIZES
TERAPEUTICAS, VOLUME 3 E ONCOLOGIA, PARA A BIBLIOTECA
ERNANI MERO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1894/2015
Interessado:
MPT-MINISTERIO PUBLICO DO TRABALHO DA 19ª REGIAO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
ENCAMINHAMENTO DE AUTOS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1897/2015
Interessado:
PODER JUDICIARIO, 1º JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL DA COMARCA
DE ANAPOLIS, ESTADO DE GOIAS
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
ENCAMINHANDO COPIA DE PROJETO PARA CONHECIMENTO
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1898/2015
Interessado:
RECOMEÇO , CLINICA ESPECIALIZADA EM DEPENDENCIA QUIMICA
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
COMUNICADO DE INTERNAÇÃO INVOLUNTARIA
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1896/2015
Interessado:
ESTADO DO CEARA, PODER JUDICIARIO, TRIBUNAL DE JUSTIÇA,
COMISSAO DO CONCURSO PUBLICO DE CARGOS DE JUIZ SUBSTITUTO
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
SINDICANCIA DA VIDA PREGRESSA E DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 1900/2015
Interessado:
CAMILA FREIRE CAVALCANTI VILELA, ANALISTA DO MP/AREA
GESTAO PUBLICA
Natureza:
REQUERENDO PROGRESSAO FUNCIONAL

Assunto:
SOLICITANDO PROVIDENCIAS
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA
#####

Proc. 565/2015
Interessado:
DELEGACIA GERAL DA POLICIA CIVIL - DGPC
Natureza:
PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:
ENCAMINHAMENTO DO 113/5 - CASA DE CUSTODIA II
Remetido para:
GABINETE DO PROCURADOR GERAL DE JUSTIÇA

Proc. 1895/2015

Interessado:

CNMP - JARBAS SOARES JUNIOR, CONSELHEIRO NACIONAL,
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE DEFESADOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Natureza:

PEDIDO DE PROVIDENCIAS

Assunto:

RELATORIO - 2º ENCONTRO NACIONAL MP E MOVIMENTOS SOCIAIS:
EM DEFESA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.

Remetido para:

SECRETARIA GAB. PGJ

#####

RANULFO PAES ARAUJO

ANALISTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO - ÁREA DE GESTÃO PÚBLICA

Protocolo 158657

Colégio de Procuradores de Justiça

PAUTA DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA
7ª REUNIÃO ORDINÁRIA - 20/5/2015

Convido os Senhores Procuradores de Justiça para a 7ª Reunião Ordinária do Colégio de Procuradores de Justiça, a se realizar na Sala de Reuniões dos Órgãos Colegiados do MPE/AL, localizada no 4º andar do edifício-sede, na data de 20 de maio de 2015, quarta-feira, às 15h, a fim de que o Colégio aprecie:

Ata da 6ª Reunião Ordinária do CPJ em 2015;

Proc. PGJ n. 1563/2015. Assunto: Solicitando reforma de gabinete (apensado o proc. PGJ 5712/2014). Interessada: Procuradora de Justiça Denise Guimarães de Oliveira.

Proc. PGJ n. 1160/2015. Assunto: Distribuição de atribuições de procedimentos e processos administrativos entre as promotorias de Justiça de Coruripe. Interessadas: Promotoras de Justiça Hylza Paiva Torres de Castro e Gilcele Damaso de Almeida Lima.

Proc. PGJ n. 3800/2014. Assunto: Distribuição dos processos judiciais entre as promotorias de Justiça de Coruripe. Interessadas: Promotoras de Justiça Hylza Paiva Torres de Castro e Gilcele Damaso de Almeida Lima.

Outras matérias eventualmente inseridas na pauta pelos Excelentíssimos Senhores Procuradores de Justiça.

Gabinete do PGJ/MPE/AL, em Maceió, 15 de maio de 2015.

Sérgio Jucá
Presidente do CPJ/MPE/AL

Protocolo 158726

Promotorias de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PORTO REAL DO COLÉGIO

Inquérito Civil nº 06.2015.00000016-9

PORTARIA Nº 0001/2015

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL através da Promotoria de Justiça de Porto Real do Colégio, no uso das atribuições institucionais previstas no art. 129, inciso III da Constituição Federal; no art. 149, parágrafo único da Constituição do Estado de Alagoas; no art. 26, inciso I da Lei Federal nº 8.625/93; bem como no art. 6º inciso I da Lei Complementar Estadual nº 15/96; apreciando ainda os poderes conferidos pelos artigos 1º inciso V e artigo 8º, § 1º da Lei nº 7.347/85, todos regulados institucionalmente pela Resolução nº 23/07 emanada do Conselho Nacional do Ministério Público e pela Resolução nº 001/10 emanada do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Alagoas;

CONSIDERANDO informações recebidas, segundo as quais o atual Prefeito e alguns de seus antecessores teriam doado terrenos pertencentes ao Município de Porto Real do Colégio a municípios, em troca de favores políticos;

CONSIDERANDO que as informações apresentadas dizem que as primeiras doações ilegais aconteceram no ano 2000, na gestão do então prefeito José Reis do Nascimento;

CONSIDERANDO que o atual prefeito também realizou diversas doações, diminuindo, inclusive, o tamanho dos terrenos dantes entregues aos municípios para que fosse possível doar a mais pessoas;

CONSIDERANDO que o chefe do Poder Executivo Municipal não pode dispor dos bens públicos sem que sejam cumpridas as formalidades legais, e especialmente observados os princípios constitucionais e administrativos vigentes;

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público “zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurado nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia”, conforme mandamento constitucional inserido no artigo 129, inciso II da Carta magna da República,

RESOLVE instaurar INQUÉRITO CIVIL para apurar os fatos narrados, determinando desde já:

1. Autue-se e registre-se a presente portaria;
2. Comunique-se a instauração do presente ao Conselho Superior do Ministério Público;
3. Diante da quantidade de pessoas que procuraram o Ministério Público para reportar os fatos narrados na presente Portaria, e com a finalidade de serem esclarecidos os pontos que serão apurados, designo audiência pública para o dia 29 de maio de 2015, às 9h.
4. Expeça-se regulamento da audiência.

Publique-se no Diário Oficial do Estado de Alagoas.

Porto Real do Colegio, 13 de maio de 2015

Saulo Ventura de Holanda
Promotor de Justiça

Protocolo 158664

MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
ESTADO DE ALAGOAS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL
PORTARIA nº 35/2015

A PROMOTORIA DO CONSUMIDOR DA CAPITAL na pessoa do Promotor de Justiça, abaixo firmado, no uso de suas atribuições e com fundamento nos arts. 129, III da Carta da República; 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96), e 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93):

CONSIDERANDO que as normas do Código de Defesa do Consumidor são de ordem pública e interesse social, nos termos do artigo 1º, da Lei Federal n. 8.078/90; CONSIDERANDO que dentre as atribuições outorgadas ao Ministério Público pela Constituição Federal, destaca-se a defesa dos interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos;

CONSIDERANDO que o direito à saúde é assegurado constitucionalmente como um direito social, tratando-se de direito público subjetivo, indisponível e garantido a todos;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal dispõe em seu artigo 196 que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”;

CONSIDERANDO que entre os objetivos da Política Nacional das Relações de Consumo estão “o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo [...]” (Art. 4º do CDC);

CONSIDERANDO que a legislação vigente que discorre acerca das diretrizes a serem seguidas pelo setor de planos de saúde, qual seja a Lei nº 9.656, de 1998;

CONSIDERANDO que o prestador de serviços de saúde deve garantir a qualidade na prestação de seus serviços, prezando pelo bem-estar do contratante;

CONSIDERANDO o que consta nos autos do Procedimento Administrativo nº 144/2015, decorrentes da má prestação de serviços por parte do Plano de Saúde Excelsior/Amil;

CONSIDERANDO as informações coletadas no bojo do Procedimento Administrativo nº 148/2015, dando conta do fechamento das lojas presenciais do plano de saúde Excelsior/Amil nesta cidade;

CONSIDERANDO que o plano de saúde Excelsior/Amil atende a um grande número de usuários e a necessidade de apuração dos motivos que ensejaram o fechamento de lojas presenciais do referido plano;

RESOLVE,

CONVERTER o presente Procedimento Administrativo 148/2015 em Inquérito Civil Público com fulcro nos arts. 129, III da Carta da República; 6º, I, da Lei Orgânica do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº 15/96), 26, I, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei 8.625/93), visando futuras e eventuais providências na defesa do interesse difuso e coletivo em testilha, razão pela qual, DETERMINA, de imediato as seguintes providências:

Autuação e registro da presente portaria nos livros respectivos, efetuando-se as anotações exigidas no art. 1º, §§ 5º e 6º da Resolução nº 01/96 do Conselho Superior do Ministério Público Estadual;

Expedição de ofício, ao Exmo. Sr. Procurador Geral de Justiça - Presidente do Conselho Superior do Ministério Público Estadual, encaminhando-lhe cópia da presente portaria, solicitando, ademais, a publicação desta no Diário Oficial do Estado;

Maceió/AL, 13 de maio de 2015.

MAX MARTINS DE OLIVEIRA E SILVA
1º Promotor de Justiça da Capital

Protocolo 158717

ESTADO DE ALAGOAS
MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL
18ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

RESENHA

A 18ª Promotoria de Justiça da Capital (Fazenda Pública Estadual), por intermédio do Promotor de Justiça abaixo assinada, vem, nos termos do art. 5º da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientificar aos interessados a adoção de providências nos Procedimentos Administrativos a seguir nominados: PA 63/15 - Interessado: Anônimo - Objeto: denúncias de irregularidades em contratos e controle de frequência de servidores da UNCISAL - EMENTA: ADMINISTRATIVO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. SERVIDOR PÚBLICO. Denúncia anônima de irregularidades em contratos da UNCISAL e fraude ao controle de frequência. Representação sem conteúdo mínimo apto a guiar a atuação do MPE. Fatos relacionados ao controle de frequência de servidores já sob acompanhamento do Ministério Público. Art. 2º, II e §3º e art. 5º, da Resolução 23, do CNMP. Indeferida a abertura de inquérito civil ou procedimento preparatório. | PA 16/15 - Interessado: Secretaria de Estado de Fazenda - Objeto: traslado de autos de sindicância - EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. Art. 164, parágrafo único, da Lei Estadual 5.247/91. Procedimento derivado de remessa de autos de sindicância no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda. Arquivamento na seara administrativa. Não identificação de elementos para promoção de responsabilidade cível com fundamento na Lei de Improbidade Administrativa. Inexistência de dolo e de prejuízo ao erário. Pelo arquivamento, com fulcro no art. 5º, da Resolução 23, do Conselho Nacional do Ministério Público.

Maceió, 15 de maio de 2015.

GEORGE SARMENTO LINS JÚNIOR
Promotor de Justiça

Protocolo 158698

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS
61ª Promotoria de Justiça da Capital

RESENHA

O Promotor de Justiça da Promotoria de Justiça de Controle Externo da Atividade Policial, nos termos do art. 15 da Resolução 23, de 17.09.2007, do Conselho Nacional do Ministério Público, cientifica aos interessados a adoção de providência nos seguintes Procedimentos Administrativos: Notícias de Fato nº 33/2015 - Interessada: Giselle Costa dos Santos - Visando dar ciência de comunicação de arquivamento, considerando que a interessada não assinou seu nome quando tomou ciência da promoção de arquivamento - Decisão: Pelas considerações expostas, DETERMINO O ARQUIVAMENTO dos autos, sem prejuízo a fatos supervenientes, comunicando-se as partes a respeito deste ato.

Maceió, 14 de maio de 2015.

Flávio Gomes da Costa Neto
Promotor de Justiça

Protocolo 158700

Diga NÃO ao trabalho infantil

Crianças de 5 a 17 anos trabalhando, por região

Região	Porcentagem
Norte	20%
Nordeste	24%
Sudeste	14%
Sul	24%
Centro-Oeste	18%

Criança tem direito de ser criança!

IMPrensa OFICIAL GRACILIANO RAMOS